

TRANSFORMAÇÃO MINERAL

CPRM - SERVIÇO G EOLÓ GIC O DO BR AS I L PROD EM - PRO GRAMA DE DESEN VOLVIMENTO ENERGÉTICO DOS ESTADOS EM UN CÍPI OS



PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA

ALAGOAS



DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE





Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético

Ministério de Minas e Energia



Agosto/2005

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA Silas Rondeau Cavalcante Silva Ministro de Estado

SECRETARIA EXECUTIVA Nelson José Hubner Moreira Secretário Executivo

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO Márcio Pereira Zimmermam Secretário

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL Cláudio Scliar Secretário

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

Auréio Pavão

Diretor

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ENERG ÉTICO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS PRODEEM Luiz Carlos Vieira Diretor

SERVI CO GEOL ÓGICO DO BRASIL - CPRM

Agamenon Sérgio Lucas Dantas Diretor-Presidente

José Ribeiro Mendes Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

Manoel Barretto da Rocha Neto Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Ávaro Rogério Alencar Silva Diretor de Administração e Finanças

Fernando Pereira de Carvalho Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento

Frederico Cláudio Peixinho Chefe do Departamento de Hidrologia

Fernando Antonio Carneiro Feitosa Chefe da Divisão de Hidrogeologia e Exploração

Ivanaldo Vieira Gomes da Costa Superintendente Regional de Salvador

José Wilson de Castro Temáteo Superintendente Regional de Recife

Hábio Pereira
Superintendente Regional de Belo Horizonte

Darlan Filgueira Maciel Chefe da Residência de Fortaleza

Francisco Batista Teixeira Chefe da Residência Especial de Teresina Ministério de Minas e Energia
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Programa Luz Para Todos
Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Muniá pios - PRODEEM
Serviço Geológico do Brasil - CPRM
Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial

PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA ESTADO DE ALAGOAS

DIAGNÓSTICO DO MUNIÓ PIO DE PASSO DE CAMARAGIBE

ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

João de Castro Mascarenhas Breno Augusto Beltrão Luiz Carlos de Souza Junior

> Recife Agosto/2005

COORDENA ÇÃO GERAL

Frederico Claudio Peixinho - DEHID

COORDENA ÇÃO TÉCNICA

Fernando Antônio C. Feitosa - DIHEXP

COORDENA ÇÃO ADMINISTRATIVO-**FINANCEIRA**

José Emílio C. de Oliveira - DIHEXP

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Sara Maria Pinotti Benvenuti-DIHEXP

COORDENA CAO REGIONAL

Jaime Quintas dos S. Colares - REFO Francisco C. Lages C. Filho - RESTE João Alfredo C. L. Neves - SUREG-RE João de Castro Mascarenhas -SUREG-RE Jos é Alberto Ribeiro - REFO Jos é Carlos da Silva - SUREG-RE Luiz Fernando C. Bomfim - SUREG-SA Oderson A. de Souza Filho - REFO

EQUIPE TÉCNICA DE CAMPO

SUREG-RE

Ari Teixeira de Oliveira Breno Augusto Beltrão Cícero Alves Ferreira Cristiano de Andrade Amaral Dunaldson Eliezer G. A. da Rocha Franklin de Moraes Frederico José Campelo de Souza Jardo Caetano dos Santos João de Castro Mascarenhas Jorge Luiz Fortunato de Miranda José Wilson de Castro Temoteo Luiz Carlos de Souza Júnior Manoel Julio da Trindade G. Galvão Saulo de Tarso Monteiro Pires Ségio Monthezuma Santoianni Guerra Simeones Néri Pereira Valdecílio Galvão Duarte de Carvalho Vanildo Almeida Mendes

SUREG-SA

Edmilson de Souza Rosas Edvaldo Lima Mota Hermínio Brasil Vilaverde Lopes João Cardoso Ribeiro M. Filho Jos é Cláudio Viegas Luis Henrique Monteiro Pereira Pedro Antânio de Almeida Couto Vânia Passos Borges

SUREG-BH

Angélica Garcia Soares Eduardo Jorge Machado Simões Ely Soares de Oliveira Haroldo Santos Viana Reynaldo Murilo D. Alves de Brito

REFO

Ângelo Trévia Vieira Felicíssimo Melo Francisco Alves Pessoa Jáder Parente Filho Jos é Roberto de Carvalho Gomes Liano Silva Veríssimo Luiz da Silva Coelho Robério B ato de Aguiar

RESTE

Antonio Reinaldo Soares Filho Carlos Antônio Luz Cipriano Gomes Oliveira Heinz Alfredo Trein Ney Gonzaga de Souza

EM DESTAQUE

Almir Ara ýo Pacheco- SUREG-BE Ana Cláudia Vieiro – SUREG-PA Bráulio Robério Caye - SUREG-PA Carlos J. B. Aguiar - SUREG-MA Geraldo de B. Pimentel -SUREG-PA Paulo Pontes Ara ýo - SUREG-BE Tomás Edson Vasconcelos - SUREG-GO

RECENSEADORES

Acácio Ferreira Júnior Adriana de Jesus Felipe Alerson Falieri Suarez Almir Gomes Freire -CPRM Ângela Aparecida Pezzuti Antonio Celso R. de Melo - CPRM Antonio Edílson Pereira de Souza Antonio Jean Fontenele Menezes Antonio Manoel Marciano Souza Antonio Marques Honorato Armando Arruda C. Filho - CPRM Carlos A. Gées de Almeida - CPRM Celso Viana Marciel Cícero Renéde Souza Barbosa Cláudio Marcio Fonseca Vilhena Claudionor de Figueiredo Cleiton Pierre da Silva Viana Cristiano Alves da Silva Edivaldo Fateicha - CPRM Eduardo Benevides de Freitas Eduardo Fortes Crisóstomos Eliomar Coutinho Barreto Emanuelly de Almeida Le ão Emerson Garret Menor Emicles Pereira C. de Souza Érika Peconnick Ventura Erval Manoel Linden - CPRM Ewerton Torres de Melo Fábio de Andrade Lima Fábio de Souza Pereira Fábio Luiz Santos Faria Francisco Augusto A. Lima Francisco Edson Alves Rodrigues Francisco Ivanir Medeiros da Silva Francisco José Vasconcelos Souza Francisco Lima Aguiar Junior Francisco Pereira da Silva - CPRM Frederico Antonio Araúo Meneses Geancarlo da Costa Viana Genivaldo Ferreira de Ara ýo Gustavo Lira Meyer Haroldo Brito de Sá Henrique Cristiano C. Alencar Jamile de Souza Ferreira Jaqueline Almeida de Souza Jefté Rocha Holanda João Carlos Fernandes Cunha João Luis Alves da Silva Joelza de Lima Enéas Jorge Hamilton Quidute Goes Jos é Carlos Lopes - CPRM Joselito Santiago Lima Josemar Moura Bezerril Junior Julio Vale de Oliveira Kênia Nogueira Di ágenes Marcos Auréio C. de Gás Filho Matheus Medeiros Mendes Carneiro Michel Pinheiro Rocha Narcelya da Silva Ara ýo Nicácia Débora da Silva Oscar Rodrigues Acioly Júnior Paula Francinete da Silveira Baia Paulo Eduardo Melo Costa Paulo Fernando Rodrigues Galindo Pedro Hermano Barreto Magalh ães Raimundo Correa da Silva Neto Ramiro Francisco Bezerra Santos Raul Frota Gon calves

Saulo Moreira de Andrade -CPRM Sérvulo Fernandez Cunha Thiago de Menezes Freire Valdirene Carneiro Albuquerque Vicente Calixto Duarte Neto - CPRM Vilmar Souza Leal -CPRM Wagner Ricardo R. de Alkimim Walter Lopes de Moraes Junior

TEXTO

ORGANIZA ÇÃO

Breno Augusto Beltrão João de Castro Mascarenhas Luiz Carlos de Souza Junior

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICIPIO E DIAGN ÓSTICO DOS PO COS CADASTRADOS

Breno Augusto Beltrão Frederico José Campelo de Souza Jardo Caetano dos Santos João de Castro Mascarenhas Luiz Carlos de Souza Júnios

ASPECTOS SOCIOECON ÔMICOS

Breno Augusto Beltrão Liliane Assunção Serra Ramos Campos Maria Lúcia Acioli Beltrão

FIGURAS ILUSTRATIVAS

Aloízio da Silva Leal Fabiane de Andrade Lima Amorim Albino Jaqueline Pontes de Lima Núbia Chaves Guerra Waldir Duarte Costa Filho

MAPAS DE PONTOS D'ÁGUA

Robson de Carlo Silva Fabiane de Andrade Lima Amorim Albino

BANCO DE DADOS

Desenvolvimento dos Sistemas

Josias Barbosa de Lima Ricardo César Bustillos Villafan

Coordenação

Francisco Edson Mendonca Gomes

Administra ção

Eriveldo da Silva Mendonça

Consistência

Breno Augusto Beltrão

EDITORA ÇÃO ELETR ÔNICA

Aline Oliveira de Lima Fabiane de Andrade Lima Amorim Albino Jaqueline Pontes de Lima

SUPORTE TÉCNICO DE EDITORA ÇÃO

Claudio Scheid José Pessoa Veiga Junior Manoel Júio da T. Gomes Galvão Roberto Batista dos Santos

ANALISTA DE INFORMAÇÕES

Dalvanise da Rocha S. Bezerril

CPRM - Serviço Geológico do Brasil

Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Passo de Camaragibe, estado de Alagoas/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

12 p. + anexo:

"Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado

1. Hidrogeologia - Alagoas - Cadastros. 2. Água subterrânea - Alagoas -Cadastros. I. Mascarenhas, João de Castro org. II. Beltrão, Breno Augusto org. III. Souza Júnior, Luiz Carlos de org. I. Título.

CDD 551.49098135

A CPRM – Serviço Geológico do Brasil, cuja missão é gerar e difundir conhecimento geológico e hidrológico básico para o desenvolvimento sustentável do Brasil, desenvolve no Nordeste brasileiro, para o Ministério de Minas e Energia, ações visando o aumento da oferta hí drica, que estão inseridas no Programa de Água Subterrânea para a Região Nordeste, em sintonia com os programas do governo federal.

Executado por intermédio da Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial, desde o iní cio o programa é orientado para uma filosofia de trabalho participativa e interdisciplinar e, atualmente, para fomentar ações direcionadas para inclusão social e redução das desigualdades sociais, priorizando ações integradas com outras instituições, visando assegurar a ampliação dos recursos naturais e, em particular, dos recursos hí dricos subterrâneos, de forma compatí vel com as demandas da região nordestina.

É neste contexto que está sendo executado o Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, localizado no semi-árido do Nordeste, que engloba os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraí ba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, norte de Minas Gerais e do Espí rito Santo. Embora com múltiplas finalidades, este projeto visa atender diretamente as necessidades do PRODEEM, no que se refere à indicação de poços tubulares em condições de receber sistemas de bombeamento por energia solar.

Assim, esta contribuição técnica de significado alcance social do Ministério de Minas e Energia, em parceria com a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e com o Serviço Geológico do Brasil, servirá para dar suporte aos programas de desenvolvimento da região, com informações consistentes e atualizadas e, sobretudo, dará subsí dios ao Programa Fome Zero, no tocante às ações efetivas para o abastecimento público e ao combate à fome das comunidades sertanejas do semi-árido nordestino.

José Ribeiro Mendes Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial CPRM – Serviço Geológico do Brasil

APRESENTAÇÃO

- 1. INTRODUÇÃO
- 2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA
- 3. METODOLOGIA
- 4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍ PIO DE PASSO DE CAMARAGIBE
 - **4.1 -** LOCALIZAÇÃO E ACESSO
 - 4.2 ASPECTOS SOCIOECON ÔMICOS
 - 4.3 ASPECTOS FISIOGRÁFICOS
 - 4.4 GEOLOGIA
- 5. RECURSOS HÍ DRICOS
 - **5.1 -** ÁGUAS SUPERFICIAIS
 - **5.2 -** ÁGUAS SUBTERRÂNEAS
 - 5.2.1 DOMÍ NIOS HIDROGEOLÓGICOS
- 6. DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS
 - **6.1 ASPECTOS QUALITATIVOS**
- 7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES
- 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

- 1 PLANILHAS DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO
- 2 MAPA DE PONTOS DE ÁGUA
- 3 ARQUIVO DIGITAL CD ROM

1. INTRODU ÇÃO

O Polígono das Secas apresenta um regime pluviom étrico marcado por extrema irregularidade de chuvas, no tempo e no espaço. Nesse cenário, a escassez de água constitui um forte entrave ao desenvolvimento socioecon ômico e, até mesmo, à subsistência da população. A ocorrência cíclica das secas e seus efeitos catastráticos são por demais conhecidos e remontam aos primádios da histária do Brasil.

Esse quadro de escassez poderia ser modificado em determinadas regiões, através de uma gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Entretanto, a carência de estudos de abrangência regional, fundamentais para a avaliação da ocorrência e da potencialidade desses recursos, reduz substancialmente as possibilidades de seu manejo, inviabilizando uma gestão eficiente. Além disso, as decisões sobre a implementação de ações de convivência com a seca exigem o conhecimento básico sobre a localização, caracterização e disponibilidade das fontes de água superficiais e subterrâneas.

Para um efetivo gerenciamento dos recursos hídricos, principalmente num contexto emergencial, como é o caso das secas, merece atenção a utilização das fontes de abastecimento de água subterrânea, pois esse recurso pode tornar-se significativo no suprimento hídrico da população e dos rebanhos. Neste sentido, um fato preocupante é o desconhecimento generalizado, em todos os setores, tanto do número quanto da situação das captações existentes, fato este agravado quando se observa a grande quantidade de captações de água subterrânea no semi-árido, principalmente em rochas cristalinas, desativadas e/ou abandonadas por problemas de pequena monta, em muitos casos passíveis de serem solucionados com ações corretivas de baixo custo.

Para suprir as necessidades das instituições e demais segmentos da sociedade atuantes na região nordestina, no atendimento à população quanto à garantia de oferta hídrica, principalmente nos momentos críticos de estiagem, a CPRM está executando o *Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea* em consonância com as diretrizes do Governo Federal e dos prop ésitos apresentados pelo Ministério de Minas e Energia.

Este Projeto tem como objetivo a realização do cadastro de todos os pogos tubulares, pogos amazonas representativos e fontes naturais, em uma área de 722.000 km² da região Nordeste do Brasil, excetuando-se as áreas urbanas das regiões metropolitanas.

2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A área de abrangência do projeto de cadastramento (figura 1) estende-se pelos estados do Piauí, Ceará Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.



Figura 1 – Área de abrangência do Projeto

3. METODOLOGIA

O planejamento operacional para a realização desse projeto teve como base a experiência da CPRM nos projetos de cadastramento de pogos dos estados do Ceará e Sergipe, executados com sucesso em 1998 e 2001, respectivamente.

Os trabalhos de campo foram executados por microrregião, com áreas variando de 15.000 a 25.000 km². Cada área foi levantada por uma equipe coordenada por dois técnicos da CPRM e composta, em média, de seis recenseadores, na maioria estudantes de nível superior dos cursos de Geologia e Geografia, selecionados e treinados pela CPRM.

O trabalho contemplou o cadastramento das fontes de abastecimento por água subterrânea (po contemplou o cadastramento das fontes de abastecimento por água subterrânea (po contemplou de tubular, po contemplou escavado e fonte natural), com determinação das coordenadas geográficas pelo uso do Global Positioning System (GPS) e obtenção de todas as informações passíveis de serem coletadas através de uma visita técnica (caracterização do poço, instalações, situação da captação, dados operacionais, qualidade da água, uso da água e aspectos ambientais, geológicos e hidrológicos).

Os dados coletados foram repassados sistematicamente a Divisão de Hidrogeologia e Exploração da CPRM, em Fortaleza, para, após rigorosa anáise, alimentarem um banco de dados. Esses dados, devidamente consistidos e tratados, possibilitaram a elaboração de um mapa de pontos d'água, de cada um dos municípios inseridos na área de atuação do Projeto, cujas informações são complementadas por esta nota explicativa, visando um fácil manuseio e compreensão acessível a diferentes usu ários.

Na elaboração dos mapas de pontos d'água, foram utilizados como base cartogrática os mapas municipais estatísticos em formato digital do IBGE (Censo 2000), elaborados a partir das cartas topográticas da SUDENE e DSG – escala 1:100.000, sobre os quais foram colocados os dados referentes aos poços e fontes naturais contidos no banco de dados. Os trabalhos de arte final e impressão dos mapas foram realizados com o aplicativo *CorelDraw*. A base estadual com os limites municipais foi cedida pelo IBGE. O mapa de pontos d'água foi gerado a partir da Base Cartogrática Digital do Estado de Alagoas, cedida pela Secretaria Executiva de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Naturais – SEMARHN.

Há municípios em que ocorrem alguns casos de poços plotados fora dos limites do mapa municipal. Tais casos ocorrem devido à imprecisão nos traçados desses limites, seja pela pequena escala do mapa fonte utilizado no banco de dados (1:250.000), seja por problemas ainda existentes na cartografia estadual, ou talvez devido a informações incorretas prestadas aos recenseadores ou, simplesmente, erro na obtenção das coordenadas.

Al ém desse produto impresso, todas as informações coligidas estão disponíveis em meio digital, através de um CD ROM, permitindo a sua contínua atualização.

4. CARACTERIZA ÇÃO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE

4.1 - Localização e Acesso

O município de **Passo de Camaragibe** está localizado na região leste do Estado de Alagoas, limitando-se a norte com o município de Porto de Pedras, a sul com São Miguel dos Milagres e o Oceano Atlântico, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com São São Miguel dos Milagres. A área municipal ocupa 187,20 km², inserida na meso-região do Leste Alagoano e na micro-região do Litoral Norte Alagoano, predominantemente na Folha Porto Calvo (SC.25-V-C-II) e, parcialmente, na Folha Rio Largo (SC.25-V-C-I), ambas na escala 1:100.000, editadas pelo MINTER/SUDENE, em 1989.

A sede do município tem uma altitude de aproximadamente 4 m e coordenadas geográficas de 09°14'16.8" de latitude sul e 35°29'34.8" de longitude oeste.

O acesso a partir de Maceió é feito através das rodovias pavimentadas AL-101, com percurso em torno de 64 km (figura 2).

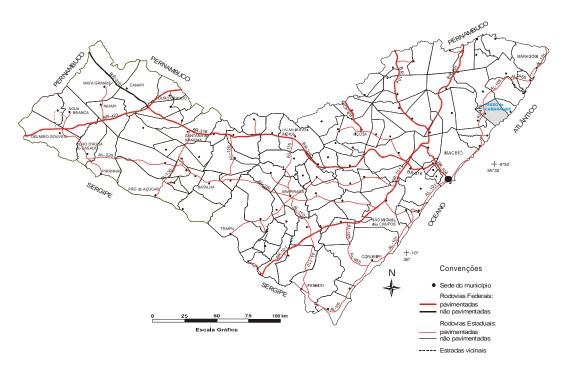


Figura 2 - Mapa de acesso rodoviário

4.2 - Aspectos Socioecon âmicos

O Município foi criado em 1852, desmembrado de Porto de Pedras. Segundo o censo 2000 do IBGE, a população total residente é de 13.755 habitantes, dos quais 7.071 do sexo masculino (51,40%) e 6.684 do sexo feminino (48,60%). São 5.751 os habitantes da zona urbana (41,80%) e 8.004 os da zona rural (58,20%). A densidade demográfica éde 73,48 hab/km2.

A rede pública de saúde dispõe de 01 Hospital e 29 Leitos Hospitalares, além de 06 Unidades Ambulatoriais, 01 Posto de Saúde e 01 Centro de Saúde. Não existem consultários médicos ou odontolágicos registrados no município.

Na área educacional, são 14 escolas de ensino pré-escolar, com 669 alunos matriculados, 25 escolas de ensino fundamental, com 3.366 alunos matriculados e 02 escolas de ensino médio, com 268 alunos. No município, existem 5.518 habitantes alfabetizados com idades acima de 10 anos (40,10% da população).

Existem 7.723 eleitores cadastrados no município (56,10% da população).

No município existem 2.906 domicílios particulares permanentes, dos quais 1.536 (52,90%) possuem banheiro ou sanitário e destes, apenas 07 (0,24%) possuem banheiro e esgotamento sanitário via rede geral. Cerca de 983 (33,80%) são abastecidos pela rede geral de água, enquanto que 827 (28,50%) são abastecidos por po ϕ ou nascente e 1.096 utilizam outras formas de abastecimento (37,70%). Apenas 1.520 (67,03%) domicílios são atendidos pela coleta de lixo, evidenciando a existência de uma fonte de sérios problemas ambientais e de saúde pública para a população.

Existe 01 agência dos Correios no município. Não háinfra-estrutura bancária.

O PIB de **Passo de Camaragibe** foi de U\$ 23.000.606,00 e o PIB per capita foi de U\$ 1.662,00 em 1998. O FPM = R\$ 2.145.999,18, o ITR = R\$ 11.769,62 e o Fundef = 938.268,44 (Anuário Estatístico de Alagoas - 2001). O salário médio mensal é de R\$ 140,33 (54,00% do salário mínimo nacional)

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Diagnóstico do Municí pio de Passo do Camaragibe Estado de Alagoas

Principais atividades econ âmicas: Agropecu ária e Com árcio. Atualmente conta com 41 empresas com CNPJ, atuantes (1998), ocupando 179 pessoas (1,40% da população).

Na área de pecuária, conta com os seguintes rebanhos (cabeças): Bovinos -5.010; Suínos -129; Eqünos -200; Bubalinos -10; Asininos -05; Muares -150; Ovinos -250; Caprinos -300; Aves: galinhas -1.300. A produção leiteira é de 117.000 litros e a de Ovos de galinha -2.000 dúzias.

Na área agrícola: Banana -20 ha (22.000 cachos; Coco-da-baía -700 ha (2.755.000 frutos); Laranja -10 ha (610.000 frutos); Maracujá -05 ha (410.000 frutos); Arroz -15 ha (29 t); Batata Doce -11 ha (109 t); Cana-de-açúcar -8.200 ha (594.500 t); Feijão -48 ha (29 t); Mandioca -167 ha (2.099 t) e Milho -40 ha (29 t). O extrativismo produz: Lenha -124 m³.

No ranking de desenvolvimento, **Passo de Camaragibe** está em 68º lugar no estado (68/101municípios) e em 5.191º lugar no Brasil (5.191 /5.561 municípios). (www.desenvolvimentomunicipal.com.br).

4.3 Aspectos Fisiográficos

O relevo de **Passo de Camaragibe** faz parte da unidade dos *Tabuleiros Costeiros*. Esta unidade acompanha o litoral de todo o nordeste, apresenta altitude média de 50 a 100 metros. Compreende platôs de origem sedimentar, que apresentam grau de entalhamento variável, ora com vales estreitos e encostas abruptas, ora abertos com encostas suaves e fundos com amplas várzeas. De modo geral, os solos são profundos e de baixa fertilidade natural.

O clima é do tipo *Tropical Chuvoso* com verão seco. O período chuvoso começa no outono tendo início em fevereiro e término em outubro. A precipitação média anual é de 1.634.2 mm.

A vegetação é predominantemente do tipo *Floresta Subperenifáia*, com partes de *Floresta Subcaducifáia* e cerrado/ floresta.

Os solos dessa unidade geoambiental são representados pelos Latossolos e Podzáicos nos topos de chapadas e topos residuais; pelos Podzáicos com Fregipan, Podzáicos Plínticos e Podzáis nas pequenas depressões nos tabuleiros; pelos Podzáicos Concrecionários em áreas dissecadas e encostas e Gleissolos e Solos Aluviais nas áreas de várzeas.

4.4 Geologia

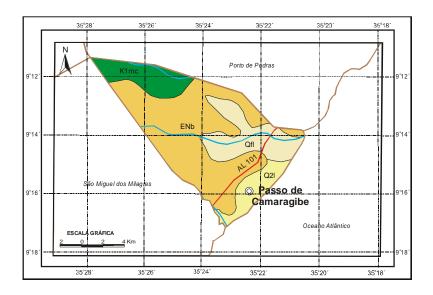
O município de **Passo de Camaragibe** encontra-se geologicamente inserido na Província Borborema, representada pelos litátipos da Formação Muribeca-Membro Carmápolis, Grupo Barreiras, Depásitos Flúvio-laqunares e Depásitos Litorâneos (Figura 3).

A Formação Muribeca-Membro Carm polis (K1mc), constitui-se de conglomerados originados de leques aluviais.

O Grupo Barreiras (ENb), está representado por arenitos e arenitos conglomeráticos com intercalações de siltito e argilito.

Os Depásitos Flúvio-lagunares (Qfl), englobam filitos arenosos e carbonosos.

Os Dep ásitos Litor aneos (Q2I), são constituídos por areias finas a grossas e dunas máveis.



CONVENÇÕES GEOLÓGICAS



Figura 3 - Mapa Geológico

5. RECURSOS HÍDRICOS

5.1 - Águas Superficiais

O município de **Passo de Camaragibe** está inserido na bacia hidrográfica do Rio Camaragibe, que o atravessa na sentido NW-SE e banha a sede do município. Seus principais afluentes são os Riachos Água Fria, do Vieira, da Vara, Marceneiro, Caiaria, Oteiro e Manimba. O padrão de drenagem predominante éo dendrítico. Todo esse sistema fluvial deságua no Oceano Atlântico.

5.2 - Águas Subterrâneas

5.2.1 - Domínios Hidrogeol ágicos

A área do município em estudo está inserida no Domínio Hidrogeológico Intersticial, composto por rochas de idade Tárcio-quaternária, constituída pelos sedimentos de cobertura da Formação Barreiras, e aluviões e sedimentos arenosos, siltosos e argilosos de idade Quaternária. Figura 4.

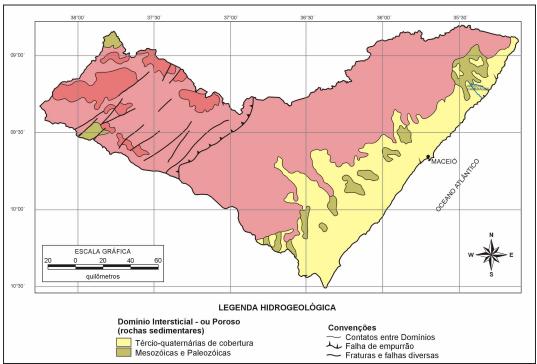


Figura 4 - Domínios Hidrogeol ágicos

6. DIAGN ÓSTICO DOS PO COS CADASTRADOS

O levantamento realizado no município registrou a presença de 20 pontos d'água, sendo nove po cos escavados e 11 po cos tubulares, conforme mostra a figura 5.1.

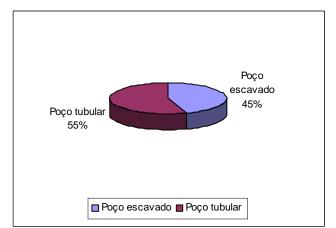


Figura 5.1 - Tipos de pontos d'água cadastrados no município

Com relação à propriedade do terreno onde estão localizados os pontos d'água cadastrados, podemos ter: terrenos públicos, quando o terreno for de serventia pública e; particular, quando for de uso privado. Conforme ilustrado na figura 5.2, existem nove pontos d'água em terreno público e dois em terreno particular.

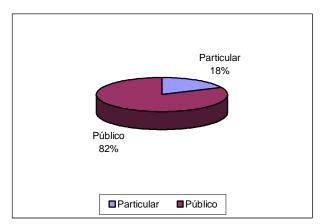


Figura 5.2 – Natureza da propriedade dos terrenos onde existem po os tubulares.

Quanto ao tipo de abastecimento que se destina o uso da água, os pontos cadastrados foram classificados em: comunitários, quando atendem a várias famílias e; particular, quando atendem apenas ao seu proprietário. A figura 5.3 mostra que dois pontos d'água destinam-se ao atendimento comunitário e em nove pontos a finalidade do abastecimento não foi definida.



Figura 5.3 - Finalidade do abastecimento dos poos.

Quatro situações distintas foram identificadas na data da visita de campo: po ços em operação, paralisados, não instalados e abandonados. Os po ços em operação são aqueles que funcionavam normalmente. Os paralisados estavam sem funcionar temporariamente devido a problemas relacionados à manutenção ou quebra de equipamentos. Os não instalados representam aqueles po ços que foram perfurados, tiveram um resultado positivo, mas não foram ainda equipados com sistemas de bombeamento e distribuição. E por fim, os abandonados, que incluem po ços secos e po ços obstruídos, representam os po ços que não apresentam possibilidade de produção.

A situação dessas obras, levando-se em conta seu caráter público ou particular, é apresentada em números absolutos no quadro 5.1 e em termos percentuais na figura 5.4.

Quadro 5.1 - Situação dos poços cadastrados conforme a finalidade do uso

Natureza do Poço	Abandonado	Em Operação	Paralisado
Comunit ário	-	2	-
Indefinido	4	4	1
Total	4	6	1

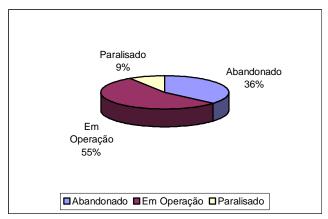


Figura 5.4 - Situação dos poços cadastrados em percentagem

Em relação ao uso da água, 33% dos pontos cadastrados são destinados ao uso doméstico primário (água de consumo humano para beber); 45% são utilizados para uso doméstico primário e secundário (água de consumo humano para beber e uso geral); 11% para agricultura; e em 11% para a limpeza de animais, conforme mostra a figura 5.5.

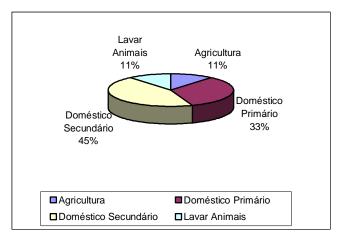


Figura 5.5 - Uso da água

A figura 5.6 mostra a relação entre os poços tubulares atualmente em operação e os poços passíveis de entrarem em funcionamento (paralisados e não instalados). Verifica-se que apenas um poço particular encontra-se não instalado ou paralisado. Com relação aos poços tubulares públicos, existem seis em operação.

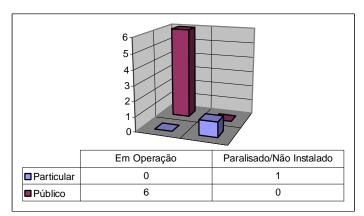


Figura 5.6 - Relação entre po cos em uso e desativados

Com relação à fonte de energia utilizada nos sistemas de bombeamento dos poços, a figura 5.7 mostra nenhum poço particular utiliza energia el árica nem usam outras fontes de energia. Quanto aos poços públicos os seis poços em operação, funcionam com energia el árica.

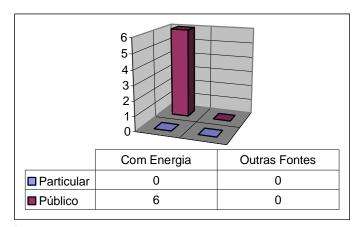


Figura 5.7 - Tipo de energia utilizada no bombeamento d'água

6.1 - Aspectos Qualitativos

Com relação a qualidade das águas dos pontos cadastrados, foram realizadas *in loco* medidas de condutividade el átrica, que éa capacidade de uma substância conduzir a corrente el átrica estando diretamente ligada com o teor de sais dissolvidos sob a forma de íons.

Na maioria das águas subterrâneas naturais, a condutividade el átrica multiplicada por um fator, que varia entre 0,55 a 0,75, gera uma boa estimativa dos sáidos totais dissolvidos (STD) na água. Para as águas subterrâneas analisadas, a condutividade el átrica multiplicada pelo fator 0,65 fornece o teor de sáidos dissolvidos.

Conforme a Portaria nº 1.469/FUNASA, que estabelece os padrões de potabilidade da água para consumo humano, o valor máximo permitido para os sáidos dissolvidos (STD) é 1000 mg/L. Teores elevados deste parâmetro indicam que a água tem sabor desagradável, podendo causar problemas digestivos, principalmente nas crianças, e danifica as redes de distribuição.

Para efeito de classificação das águas dos pontos cadastrados no município, foram considerados os seguintes intervalos de STD (S didos Totais Dissolvidos):

0	а	500 mg/L	água doce
501	a ′	1.500 mg/L	água salobra
	> ′	1.500 mg/L	água salgada

Foram coletadas e analisadas amostras de água de sete poços tubulares. Os resultados das anáises mostraram valores oscilando de 183,95 e 1326,00 mg/L., com valor médio de 453,05 mg/L. Observando o quadro 5.2 e a figura 6, que ilustra a classificação das águas subterrâneas no município, verifica-se a predominância de água salobra em 63% dos poços cadastrados.

Quadro 5.2 – Qualidade das águas subterrâneas no município conforme a situação do poço

Qualidade da água	Em Uso	Paralisado
Doce	4	1
Salobra	2	0
Total	6	1

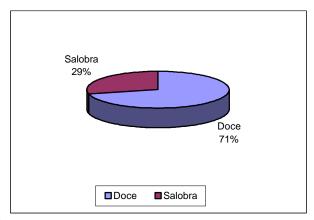


Figura 6 - Qualidade das águas subterrâneas do município.

7. CONCLUS ŒS E RECOMENDA ÇŒS

A an áise dos dados referentes ao cadastramento de pontos d'água executado no município de **Passo de Camaragibe**, permitiu estabelecer as seguintes conclus ces e recomenda cces:

- Dos 20 pontos d'água cadastrados, com relação ao status, 15 poços (75,0%) encontram-se em operação e 4 (20,0%) foram descartados por estarem abandonados, ou por se encontrarem secos ou obstruídos. O ponto restante (5,0%) se inclui nos não instalados, devido a diversos motivos. Este se constitui em uma reserva potencial que pode vir a reforçar o abastecimento do município desde que, após uma análise técnica criteriosa, for considerado apto à instalação.
- No caso de ocorrerem poços com água salobra, principalmente se for destinada para uso
 comunitário, recomenda-se a instalação de dessalinizadores, no sentido de adequála para
 sua utilização sem risco para a saúde dos usuários. Caso se implemente esta medida é
 preciso prever corretamente o manuseio do rejeito do dessalinizador, de forma a evitar a
 contaminação do solo e do aqüífero.
- Recomenda-se que seja implantado um programa de manutenção dos poços, principalmente no período de estiagem, com periodicidade máxima anual, retirando-se o equipamento para limpeza do mesmo e também do poço, proporcionando a manutenção ou a recuperação da vazão original.
- Visando reduzir/eliminar a vulnerabilidade dos aqüferos, e considerando que os poços se constituem em um veículo de contaminação, recomenda-se algumas ações preventivas para evitar o risco. Para os poços em operação e os paralisados, desde que passíveis de recuperação, se faz necessário a adoção de medidas de proteção sanitária tais como: selo sanitário, tampa de proteção na boca do poço, limpeza do terreno, cerca de proteção etc. Quanto aos poços abandonados recomenda-se a colocação de tampas, de preferência soldadas, eliminando o risco de queda acidental de corpos estranhos e de pequenos animais.
- Por fim, recomenda-se que as ações acima referidas, principalmente para as águas de uso comunitário, sejam implementadas de comum acordo pelo Poder Público Municipal em parceria com a comunidade usuária, através de seus representantes na Câmara Municipal e dos líderes comunitários das localidades envolvidas.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANU ÁRIO MINERAL BRASILEIRO, 2000. Brasília: DNPM, v.29, 2000. 401p.

BRASIL. MINIST ÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Secretaria de Minas e Metalurgia; CPRM – Serviço Geológico do Brasil [CD ROM] *Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil, Sistema de Informações Geográficas – SIG*. Mapas na escala 1:2.500.000. Brasília: CPRM, 2001. Disponível em 04 CD's

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Geografia do Brasil. Região Nordeste.* Rio de Janeiro: SERGRAF, 1977. Disponível em 1 CD

FUNDA ÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Mapas Base dos municípios do Estado de Alagoas.* Escalas variadas. In édito.

LEAL, José Menezes *Inventário hidrogeológico do Nordeste. Folha nº 20 - Aracaj ú NE.* Recife: SUDENE, 1970. 150p.

RODRIGUES E SILVA, Fernando Barreto; SANTOS, José Carlos Pereira dos; SILVA, Ademar Barros da et al [CD ROM] **Zoneamento Agroecológico do Nordeste do Brasil: diagnóstico e prognóstico**. Recife: Embrapa Solos. Petrolina: Semi-Árido, 2000. Disponível em 1 CD

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Diagnóstico do Municí pio de Passo do Camaragibe Estado de Alagoas

Δ	N	FY	<u></u>	1
\boldsymbol{H}	ıv	-	u	

PLANILHA DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Diagnóstico do Municí pio de Passo de Camaragibe – Estado de Alagoas

C ODIGO PO ÇO	LOCALIDADE	LATITUDE S	LONGITUDE W	PONTO DE ÁGUA	NATUREZA DO TERRENO	PROF. (m)	VAZ AO (L/h)	SITUAÇÃO DO POÇO	EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO	FONTE DE ENERGIA	FINALIDADE DO USO	STD (mg/L)
CW 295	Hospital Carlos G. de Barros	091438,8	352926,0	Poço Tubular	Publico		440,00	Em Operação	Bomba Centrifuga	Trifásica		233,35
CW 296	Prefeitura Municipal	091437,3	352924,3	Poço Tubular	Publico			Em Operação	Bomba Injetora	Trifásica	Comunitário	360,10
CW 297	Mercado Municipal	091432,8	352924,1	Poço Tubular	Publico			Em Operação	Bomba Centrifuga	Trifásica		242,45
CW 298	Matadouro Municipal	091430,2	352929,3	Poço Tubular	Publico			Em Operação	Bomba Centrifuga	Trifásica		1326,00
CW 299	Teatro Municipal	091431,4	352920,0	Poço Tubular	Publico			Em Operação	Bomba Centrifuga	Trifásica		218,40
CW 300	Col. Ernesto Gama Maranhão	091428,1	352919,5	Poço Escavado	Publico			Em Operação	Bomba Submersa	Trifásica	Comunitário	323,05
CW 301	Secretaria da Cultura	091423,6	352915,8	Poço Escavado	Publico			Em Operação	Bomba Submersa	Trifásica		196,95
CW 302	Posto de Saúde Municipal	091405,2	352934,5	Poço Escavado	Publico			Em Operação	Bomba Submersa	Trifásica	Comunitário	302,90
CW 303	Rodagem	091358,9	352942,6	Poço Escavado	Publico			Em Operação	Bomba Submersa	Trifásica	Comunitário	625,30
CW 304	Rodagem	091333,9	352935,7	Poço Escavado	Publico			Em Operação	Bomba Submersa	Trifásica		435,50
CW 305	Povoado de Massineiro	091742,3	352359,1	Poço Escavado	Publico			Em Operação	Bomba Centrifuga	Trifásica	Comunitário	93,60
CW 306	Povoado Estância	091802,1	352405,7	Poço Escavado	Publico			Em Operação	Bomba Centrifuga	Trifásica	Comunitário	140,40
CW315	Barra de Camaragibe	091829,1	352455,6	Poço Escavado	Publico			Em Operação	Bomba Centrifuga	Trifásica	Comunitário	111,15
CW316	Povoado Bom Despacho	091653,1	352558,1	Poço Tubular	Publico			Abandonado	Não Equipado			
CW317	Povoado Bom Despacho	091703,3	352555,4	Poço Escavado	Publico			Em Operação	Bomba Centrifuga	Trifásica	Comunitário	640,25
CW318	Povoado de Agrovila	091602,6	352745,5	Poço Tubular	Publico			Em Operação	Bomba Submersa	Trifásica	Comunitário	607,10
CW 536	Barra de Camaragibe	091820,8	352438,3	Poço Tubular	Particular	60,00		Paralisado	Não Equipado	Trifásica		183,95
CW 537	Barra de Camaragibe	091824,6	352441,4	Poço Tubular	Particular	60,00		Abandonado	Não Equipado	Trifásica		
CW 538	Sitio Gameleira	091415,2	352924,4	Poço Tubular	Publico			Abandonado	Não Equipado			
CW 539	Fazenda Jundiaí	091759,5	352936,8	Poço Tubular	Publico			Abandonado	Não Equipado			

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Diagnóstico do Municí pio de Passo do Camaragibe Estado de Alagoas

ANEXO 2

MAPA DE PONTOS DÁGUA